

COMO NOSSAS PESQUISAS CONCEBEM A PRÁTICA E COM ELA DIALOGAM?

GP: Currículo, Formação e Práticas Escolares-PPGE/UFMT.

RESUMO

O texto informa o processo de organização e sistematização das abordagens de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Currículo, Formação e Práticas Escolares, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. O Grupo tem como foco investigativo os contextos, discursos/ textos das políticas de currículo, em particular do sistema público de Mato Grosso. Seus membros compreendem o currículo como política cultural, centrando o seu olhar nos atores educativos, construtores de políticas curriculares nos diversos níveis do sistema, em particular nas unidades escolares, numa postura de mediações/negociações significativas e intencionais para as definições e práticas curriculares em diferentes contextos educativos.

O Grupo de Pesquisa em Currículo, Formação e Práticas Escolares criado em 2002 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso busca no seu próprio processo de institucionalização, construir e sistematizar uma base de investigação que possibilite a produção e socialização de conhecimentos curriculares, no contexto das atuais políticas de mudança da educação em nossa sociedade, em particular na realidade mato-grossense.

Assim, tendo como foco o campo do currículo, o Grupo de Pesquisa têm investido na articulação de suas construções teóricas e práticas das problemáticas da educação básica e superior com os contextos de mudança da política de formação do professor e das políticas e práticas curriculares na escola e no sistema educacional.

Os membros do Grupo de Pesquisa, em sua maioria oriunda do sistema público, têm assumido a postura política de produzir pesquisas que efetivamente alcancem os interesses e possibilidades de contribuir com as análises e reflexões nas mudanças e transformações da educação pública do Mato Grosso, participando dessa forma também, na melhoria da educação em nosso país.

O Grupo entende que esse engajamento das pesquisas nas compreensões dos condicionantes da política curricular, possibilita levá-los em consideração quando se pensa nas mudanças e na qualidade da escola atual. Busca construir com maior clareza o entendimento de que o sistema educacional se configura e se transforma dinamicamente, e não linearmente, através de gestões e posições políticas assumidas,

que em seus processos constroem e condensam determinada cultura pedagógica, que passa a fazer parte da realidade social e das práticas de uma determinada sociedade.

Dessa forma, as mudanças de políticas curriculares criam uma dinâmica de jogo de poder e de construções culturais diversas, em diferentes tempos e espaços da própria política educacional. O Grupo considera que a produção de pesquisas **se torna** significativa, quando proporciona captar criticamente o aprimoramento e desenvolvimento de olhares e posições políticas diferentes e singulares, quer no tempo e espaço da escola, do professor e dos alunos, quer nas lógicas políticas e suas implicações na ordenação da política curricular da administração central do sistema educacional.

A perspectiva crítica assinala muito bem que, no currículo crítico se desenvolvem representações, construções políticas e culturais colocados de forma complexa nos contextos e discursos plurais, a partir do afloramento de interesses, disputas e alianças, e, interpretados, desenvolvidos pedagogicamente nas escolas, não de modo simplista, mas também, carregado de uma forma própria e complexa, pelos atores educativos. As práticas desses atores são sempre processos sócio-culturais e políticos de mediação/negociação com perspectivas diferentes, mas significativas para a definição de um projeto formativo num determinado contexto educacional.

Neste sentido, os membros do Grupo de Pesquisa assumem uma postura de acreditar nas transformações das realidades sociais e das posturas educacionais, porque históricas e humanas, são necessárias e possíveis. Como diz Moreira (1997:25), “se ainda se pretende a educação a favor de um mundo social mais justo, é preciso orientar o trabalho pedagógico em uma visão de futuro, em uma perspectiva utópica que define os limites do estabelecido, que afrente o real, que esboce um novo horizonte de possibilidades”.

A CONSTRUÇÃO DE UMA ABORDAGEM DE PESQUISA NO CAMPO DO CURRÍCULO: algumas aproximações.

O Grupo de Pesquisa tem desenvolvido seus estudos apoiado pela compreensão do currículo como uma construção político-cultural que se concretiza no processo formativo que a escola realiza, ou melhor, no processo formativo de escolarização. O currículo é visto como a seleção e organização do conhecimento cultural e socialmente considerado válido para um tempo/espaço particular (Pacheco, 2005, p.76). Inserido

numa lógica de poder sócio-cultural educativo, o currículo deve ser compreendido na dimensão de um contexto/texto mais amplo, que o define no tempo e no espaço e, também na dimensão de um contexto/texto mais específico da organização escolar que o concretiza.

A opção curricular encontra-se nas concepções de homem, sociedade e cultura que se assume na política educacional. Há um reconhecimento de que a educação é um terreno prático, socialmente construído e historicamente formado (Kemmis, 1998, p.14) e a política, mais do que um produto, envolve negociação, contestação ou mesmo luta entre diferentes grupos envolvidos direta ou indiretamente nas definições da educação (Ozga, Jenny, 2000, p.20).

Ao compreender a política curricular imbricada no contexto da política educacional, o Grupo entende com Ozga (2000,p.21) que “a política em educação, se pode encontrar a qualquer nível, não apenas ao nível do governo central e que encarar a política deste modo pode trazer benefícios porque contribui para o projeto de sociedade democrático de educação, que, por sua vez, contribui para a democracia, de um modo geral, ao criar cidadãos informados e ativos...”. Daí a importância de se colocar como eixos estruturantes das investigações as questões das lógicas contidas nos binômios presentes nos processos de políticas educacionais na atualidade: a centralização/descentralização; a continuidade/descontinuidade; o local/ global; a reforma/ inovação.

Nesta dimensão, o Grupo centra seu olhar investigativo nos professores e profissionais da educação, uma vez que, também são “construtores de políticas: influenciam fortemente a formulação e a interpretação que se faz das diretrizes governamentais e envolvem-se em questões políticas quer ao nível nacional das diretrizes formais, quer ao nível da arena das relações professor-aluno.” (Ozga, 2000 p.22).

Ao contrário da postura prescritiva linear, em que a política se processa em fases distintas, desde a formulação até a avaliação, há de se reconhecer a sua complexidade, racionalidade e dinamicidade, nos mais variados contextos do sistema educativo e no interior da própria política educacional.

O Grupo de Pesquisa entende que a política curricular “é um aspecto específico da política educacional, que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornando claro o poder e a autonomia que diversos agentes têm sobre ele, intervindo dessa forma na distribuição do conhecimento,

dentro do sistema escolar e incidindo a seus consumidores, ordena seus conteúdos e códigos de diferentes tipos.” (Gimeno Sacristán, 1998, p.109).

Portanto, procura debater, também, o significado da escola e do conhecimento que nela circula suas elaborações históricas e culturais diversas e diferentes, ou seja, os sentidos que os atores políticos (professores, diretores, coordenadores, alunos) constroem nas práticas curriculares que realizam num determinado tempo e contexto escolar.

Ao olhar investigativamente para a política curricular em alguns momentos o Grupo de Pesquisa afina o seu foco nas mudanças da política curricular operadas no sistema educacional brasileiro, em particular na realidade mato-grossense, em diferentes dimensões e por diversas estratégias.

Nesse sentido, tem-se trabalhado com a definição de mudança adotada por Estebaranz (1994, p 55) que enfatiza o seu caráter generalizador e amplo, contendo variação de idéias, das pessoas e das instituições, apresentando diferentes graus e níveis de amplitude de acordo com as suas dimensões. Apresenta dois níveis de mudança explicitados nos termos reforma e inovação. Sabe-se que a mudança é um longo processo que requer pensar globalmente e atuar localmente, que se sustenta na negociação constante, aflorando conflitos, abrindo o diálogo e a colaboração no coletivo dos atores educativos.

O GP concebe que a reforma e a inovação são níveis importantes e diferentes de mudança, cujos sentidos específicos são definidos no âmbito das transformações de processos e práticas educativas contextualizadas. Assume também com Estebaranz (1994), que a reforma e a inovação não são mudanças independentes, já que determinadas inovações podem exigir uma reforma e determinadas reformas podem exigir processos de inovação.

Compreende que a reforma pressupõe uma mudança emanada da administração central do sistema, atingindo o sistema educativo na sua estrutura, fins ou funcionamento. Nesta direção, segundo Smyli e Perry (1998) citado por Pacheco (2000, p.127) “a reforma baseia-se fundamentalmente na crença do poder da estrutura organizacional sobre o comportamento humano”. A reforma educacional pressupõe uma linha de regulação das práticas educativas através de normas e critérios que são amplificados de modo uniforme a todo o sistema escolar.

Para o GP as propostas de reforma podem dar maior ou menor ênfase nas mudanças das relações da educação com o sistema externo, ou podem se orientar mais

em direção as modificações no sistema interno. Assim, “quando as alterações vão da direção das relações do sistema com o exterior tem um significado mais político; quando se pretende mudar a cultura interna do sistema educacional são de caráter mais teórico” (Sacristán, 1998, p.109).

A reforma, portanto, no entendimento do GP caracteriza-se como uma mudança planejada, em termos estruturais e organizacionais, ao nível do político-administrativo. São as instâncias superiores do sistema que definem o que interessa à sociedade, às escolas, aos alunos e aos professores. É uma forma de mudança que acredita que a cada proposta vinda do sistema a escola se inovará.

Apesar da polissemia do termo, os membros do Grupo de Pesquisa vêem a inovação conforme Pacheco (2000, p, 128): “significa a introdução de algo novo numa dada realidade, visto que a inovação traz a configuração do novo com o antigo. A inovação se constitui próxima dos atores que cotidianamente vivem e sentem a escola”.

Esteberanz (1994), afirma que a característica fundamental da inovação está no seu caráter qualitativo e processual, ligado de forma direta à prática concreta e, consequentemente, à melhoria de aspectos ou daquelas pessoas que estão diretamente implicadas no sistema educativo. Para a autora, é o âmbito de incidência da mudança dentro do sistema educacional, que irá determinar o tipo de inovação a ser realizada: curricular, organizativo, instrutivo, etc.

Ainda com Esteberanz (1994), o GP evidencia a aprendizagem intrínseca ao processo de inovação, sem a qual ela não se realizará, pois não basta idealizá-la para que se efetive. Ela cria no seu próprio processo de constituição espaços de novas aprendizagens para todos os atores educativos em contextos reais de trabalho. Os membros do Grupo entendem que, nesta perspectiva, abre-se a possibilidade de um foco investigativo na formação tanto inicial quanto continuada dos professores, tendo a organização do currículo como objeto de estudo, tanto na sua concepção como na ação curricular. Um espaço de novas aprendizagens e de um desenvolvimento profissional que lhe proporcione a construção de sua autonomia curricular e profissional

O currículo, assim, se constitui como uma das dimensões férteis de possibilidade de inovação, uma vez que, o seu caráter processual e prático permite tomadas de decisões que repercutem em análises e transformações significativas no interior da escola. Referindo-se a essa dimensão do currículo, Marcelo Garcia (1995, p51), destaca que o currículo:” [...] possui uma intenção de intervenção, melhoria e transformação, seja a nível individual (alunos, professores, materiais), seja a nível coletivo (escola,

comunidade). Nesse sentido é através do desenvolvimento e inovação curricular que se estruturam e veiculam as propostas de transformação e mudança do sistema educativo”.

O GP considera que a inovação está ligada a mudanças que operam melhorias nos processos de ensinar e aprender, conseqüentemente, visa à efetivação do sucesso educativo do aluno. No campo do currículo, a inovação, segundo Flores& Flores (1998, p.84), “implica os componentes do currículo desde os propósitos e objetivos, às estratégias, conteúdos, materiais, tempo e avaliação com incidência direta na aprendizagem do aluno e na condução do processo de instrução”.

A perspectiva aqui assumida é a de que a política de inovação curricular deve ser referenciada no papel principal de ator da mudança que o professor assume, no sentido de construir processo de adaptação/negociação, desenvolvimento e transformação do currículo na escola.

Para o GP a inovação traz um dos mais significativos problemas para o processo escolar que é o de saber até que ponto a escola, enquanto comunidade educativa organizada é livre para decidir sobre os processos de mudança que politicamente quer empreender. Portanto, a escola é considerada como o local mais significativo da inovação curricular. A autonomia e a inovação curricular desencadeiam um processo político no interior da escola, que desafia os atores educativos na sua capacidade de negociar a produção do currículo e exercer coletivamente a liberdade de experimentá-lo e reorientá-lo.

Esta concepção de inovação curricular baseada na escola é adotada para se referir a um currículo, cujo potencial formativo, encontra-se referenciado na diversidade de cada escola, nas diversidades culturais e de interesses dos alunos, dos professores e dos outros atores educativos. Esta perspectiva permite construir uma postura investigativa, em que, “o relevante é chegar a compreender que as conseqüências não-previstas não são só nem, acima de tudo, erros no plano ou no desenvolvimento de qualquer programa de intervenção humana, mas um componente inevitável dele pelo caráter reflexivo da razão, porque o conhecimento que vai se adquirindo condiciona substancialmente os passos seguintes do processo de intervenção” (Gómez, 2001, p.31), criado pelo próprio processo de mudança.

Neste momento, o Grupo considera importante ressaltar que os estudos e pesquisas realizados e em desenvolvimento têm possibilitado o seu reconhecimento em diversos espaços da academia e do próprio sistema educacional, em particular, do sistema público estadual e municipal de Mato Grosso. Seus membros têm participado

dos mais diversos eventos educacionais, inclusive das discussões do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso. Internamente os membros do Grupo têm desenvolvido pesquisas e publicações em parceria com o Grupo de Estudo e Pesquisa em Política de Formação de Professores do próprio Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT e da Universidade Federal do Ceará; da organização anual do Seminário Educação do PPGE/UFMT, e inclusive da ANPED da Região Centro Oeste. Seus pesquisadores têm também, investido na socialização do resultado de suas pesquisas em eventos Qualis Nacional e Internacional. Atualmente está se organizando para participar do PROCAD a ser desenvolvido em parceria com o Grupo de Pesquisa Políticas Contemporâneas de Currículo e Formação Docente PPGE/UFMT, a UERJ e UFPB.

REFERÊNCIAS

ESTEBARANZ, A. Didáctica e inovación curricular. Sevilla: Publicações da Universidade de Sevilla, 1994.

FLORES, Maria A. E. FLORES, Manoel. O professor – agente de inovação curricular. In: PACHECO, J. A. et. Alii. Reflexão e inovação curricular. Actas do III Colóquio sobre questões curriculares. Porto: Porto Editora 1998, p.79 – 99.

GARCIA, Marcelo, C. Formación del profesorado para el cambio educativo. Barcelona: EUB, 1995.

GÓMEZ, A. I. Pérez. A cultura escolar na sociedade neoliberal. Porto Alegre, Artmed, 2001.

KEMMIS, Stephen (1988). El curriculum: más allá de la teoría de la reproducción. Madrid: Morata. (P.14)

MOREIRA, A. F.B. Globalização, multiculturalismo e currículo. In: MOREIRA, A, F.B. (Org.) Currículo: questões atuais. Campinas: Papirus, 1997.

OZGA, Jenny. Investigações sobre políticas educacionais. Porto - Portugal: Porto Editora 2000. PÁG. 20, 21, 22.

PACHECO, J. A. Políticas de integração curricular. Porto: Editora Porto, 2000.

_____ Escritos curriculares. São Paulo: Cortez, 2005.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.